

JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI

PROCESSO CIVIL  
E  
IDEOLOGIA

Subsídios estratégicos ao advogado do contencioso



Coleção Processo e Direito

*Direção*

Michele Taruffo / Jordi Nieva / Eduardo Oteiza / Daniel Mitidiero

*Processo civil e ideologia: subsídios estratégicos ao advogado do contencioso*  
José Rogério Cruz e Tucci

*Capa*

Nacho Pons

*Produção*

Ida Gouveia / HBLYZ / Oficina das Letras®

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo – Lei 9.610/1998.

**CIP-Brasil. Catalogação na Publicação**

---

Tucci, José Rogério Cruz e  
Processo civil e ideologia: subsídios estratégicos ao advogado do contencioso /  
José Rogério Cruz e Tucci - 1. ed. - São Paulo: Marcial Pons, 2019.  
(Processo e Direito)

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-66722-77-2

1. Ideologia. 2. Processo civil. 3. Processo judicial. I. Título. II. Série

---

Índices para catálogo sistemático: Direito processual civil 347.9

© José Rogério Cruz e Tucci

© MARCIAL PONS EDITORA DO BRASIL LTDA.

Av. Brig. Faria Lima, 1461, Torre Sul, 17/8, Jardim Paulistano CEP 01452-002 São Paulo-SP  
☎ (11) 3192.3733

[www.marcialpons.com.br](http://www.marcialpons.com.br)

1103910  
Impresso no Brasil

## SUMÁRIO

Apresentação.....	7
- I -	
<b>Contra o processo autoritário .....</b>	<b>19</b>
1. Premissas .....	19
2. Essência do processo civil liberal .....	20
3. Ampliação dos poderes do juiz norteadada pelo princípio da legalidade .....	21
4. Tendências autoritárias da jurisprudência.....	26
5. Técnicas arbitrárias em busca da celeridade processual .....	30
6. Crítica ao julgamento “piloto” do Tribunal Constitucional europeu .....	31
7. O novo CPC: inaceitável transformação do processo individual em processo coletivo .....	33
8. À guisa de conclusão .....	34
- II -	
<b>Garantias constitucionais do processo civil nas três décadas de vigência da Constituição Federal .....</b>	<b>35</b>
- III -	
<b>Apontamentos sobre as <i>Normas fundamentais do processo civil</i> .....</b>	<b>47</b>
- IV -	
<b>O elogio de Piero Calamandrei como uma perene homenagem aos juízes de todas as épocas .....</b>	<b>85</b>

## - V -

<b>Protagonismo do juiz e das partes no saneamento e na organização do processo .....</b>	<b>91</b>
1. Aproximação dos regimes processuais europeus.....	91
2. Audiência de saneamento sob a perspectiva da comparação jurídica	93
3. Antecedentes da reforma brasileira .....	97
4. Regramento do vigente CPC .....	99
5. Resolução de questões processuais pendentes .....	100
6. Fixação das questões de fato e deferimento dos meios de prova .....	100
7. Distribuição do ônus da prova .....	101
8. Delimitação das questões de direito .....	103
9. Designação de audiência de instrução e julgamento .....	103
10. Previsão de pedido de esclarecimento formulado pelas partes.....	104
11. Delimitação consensual acerca das <i>questiones facti e iuris</i> .....	105
12. Complexidade da causa e imposição de audiência para o saneamento compartilhado .....	107
13. Procedimento para a futura produção de prova testemunhal .....	110
14. Procedimento para a futura produção de prova pericial .....	111
15. Intervalo mínimo entre a realização das audiências de instrução e julgamento .....	111
16. Limites da eficácia preclusiva da decisão de saneamento .....	112

## - VI -

<b>Audiência de instrução e julgamento no novo CPC .....</b>	<b>117</b>
1. Introdução: audiência de instrução e julgamento na tradição do processo civil brasileiro .....	117
2. Generalidades.....	120
3. Pregão e declaração de abertura da audiência .....	121
4. A arbitragem não constitui método de solução consensual de conflitos	123
5. Preservação da ordem e do decoro .....	124

6. Comportamento inconveniente e requisição de força policial .....	126
7. Tratamento urbano .....	127
8. Documentação dos requerimentos deduzidos na audiência .....	128
9. Cronologia da produção da prova oral .....	129
10. Palavra pela ordem com autorização judicial .....	131
11. Causas determinantes do adiamento da audiência .....	131
12. Responsabilidade pelas despesas .....	133
13. Nulidade decorrente da falta ou da inexatidão da intimação .....	134
14. Debates orais .....	135
15. Substituição dos debates orais pela apresentação sucessiva de memoriais escritos .....	136
15.1. As “razões finais escritas” em nossa tradição jurídica .....	136
15.2. Precisa redação do art. 364, § 2º, do CPC .....	140
16. Continuação da audiência em data próxima .....	140
17. Abandono da regra da identidade física do juiz .....	141
18. Documentação em autos físicos .....	143
19. Documentação em autos eletrônicos .....	144
20. Registro da audiência em vídeo e áudio .....	144
21. Autorização <i>ope legis</i> da gravação da audiência .....	145
22. Publicidade da audiência .....	145
23. Restrição legal à publicidade .....	147

## - VII -

<b>Breve perfil histórico dos procedimentos no processo civil brasileiro</b> .....	<b>149</b>
1. Introdução .....	149
2. Primeiras leis atinentes ao processo civil .....	150
3. Regulamento 737 (1850) .....	151
3.1. Considerações prévias.....	151
3.2. Estrutura.....	152
3.3. Atos, procedimentos e fases do processo.....	152
4. Consolidação Ribas (1878) .....	155

5. Literatura processual da época .....	157
6. Período da dualidade processual (1890-1934) .....	158
7. Unificação do direito processual (1934-1938).....	161
8. Literatura processual da época.....	161
9. À guisa de conclusão .....	162

## - VIII -

<b>A liberdade do juiz e o problema da requalificação jurídica da demanda .....</b>	<b>163</b>
1. Introdução .....	163
2. O art. 10 do novo CPC.....	165
3. <i>Iura novit curia</i> , requalificação jurídica e <i>ratio decidendi</i> .....	167
4. Conclusão .....	171

## - IX -

<b>Estrutura dos precedentes judiciais no CPC: entre técnica e ilusão ..</b>	<b>173</b>
1. Generalidades .....	173
2. Função e relevância dos pronunciamentos decisórios dos tribunais ..	174
3. Jurisprudência, precedente judicial e súmula .....	177
3.1. Jurisprudência .....	177
3.2. Precedente judicial (em sentido estrito) .....	178
3.3. Súmula .....	180
3.4. Súmula vinculante .....	180
3.5. Dos fatos à regra sumulada .....	181
4. Repercussão do precedente judicial nos futuros julgamentos .....	182
5. Duas palavras sobre a melhor técnica de citação das decisões judiciais	183
6. Esboço de uma teoria geral dos precedentes judiciais .....	185
7. Horizontes do art. 927 .....	188
8. Tipologia da eficácia das decisões dos tribunais na experiência jurídica brasileira .....	189

## SUMÁRIO

15

8.1. Súmulas com eficácia vinculante .....	189
8.2. Súmulas e precedentes com relativa eficácia vinculante (“ <i>force de facto</i> ”) .....	193
8.3. Precedentes e jurisprudência com eficácia meramente persuasiva ..	195
9. Proibição de decisão proferida com base em “fundamento-surpresa” e imposição do dever de motivação .....	196
10. Possibilidade de participação da sociedade no procedimento de revisão do precedente .....	198
11. Determinantes do superamento do precedente e modulação temporal da eficácia .....	199
11.1. O problema da eficácia retroativa do precedente .....	199
11.2. Anacronismo do precedente e modulação temporal da eficácia ...	200
12. Ônus da justificação adequada .....	204
13. Ampla publicidade dos pronunciamentos dos tribunais .....	206
14. Influxos dos precedentes nos casos repetitivos .....	207
15. Objeto do julgamento dos casos repetitivos.....	207

- X -

<b>O STJ e a relevância dos precedentes judiciais como fenômeno de transformação do direito</b> .....	211
1. Valor do precedente no discurso judicial.....	211
2. O dogma da coisa julgada e a força do precedente judicial .....	213
3. Antecipação à lei e ruptura dos paradigmas .....	216

- XI -

<b>Regime da coisa julgada no CPC de 2015</b> .....	223
1. Estabilidade e segurança jurídica .....	223
2. Eficácia da sentença e delimitação da coisa julgada .....	227
3. Conceito legal de coisa julgada material .....	229
4. Coisa julgada sobre decisões parciais de mérito e inconstitucionalidade do art. 975 do CPC/2015 .....	232

5. Limites objetivos da coisa julgada: questão principal .....	235
6. Questão principal, questão autônoma e questão prejudicial .....	237
7. Questão prejudicial expressa e incidentalmente decidida e coisa julgada .....	238
8. Requisitos para a extensão da coisa julgada à questão prejudicial ....	239
9. Incontornável problema prático .....	239
10. Situações excluídas: restrições probatórias e limitações à cognição	240
11. Arguição incidental da falsidade de documento .....	241
12. Viabilidade (ainda) da ação declaratória incidental.....	241
13. Incidência imediata das regras de direito processual.....	241
14. Distinção formal entre motivos e dispositivo .....	243
15. Função instrumental dos motivos .....	246
16. Motivação e coisa julgada.....	248
17. Veracidade dos fatos.....	249
18. Extensão da preclusão .....	251
19. Inexistência de preclusão <i>pro iudicato</i> acerca de questão de ordem pública.....	252
20. Coisa julgada e relação jurídica de trato continuado .....	253
21. Previsão legal determinante da revisão da coisa julgada .....	255
22. Alusão à denominada flexibilização da coisa julgada .....	256
23. Limites subjetivos da coisa julgada .....	257
24. Conceito processual de parte e de terceiro .....	259
25. Terceiros beneficiados pela eficácia da sentença transitada em julgado .....	264
26. Questões resolvidas no curso do processo .....	268
27. Indiscutibilidade das questões já decididas .....	269
28. Eficácia preclusiva da coisa julgada .....	270
29. Âmbito de abrangência da eficácia preclusiva da coisa julgada .....	270



## - XII -

<b>Reflexões sobre a estrutura formal da sentença arbitral</b> .....	275
1. Aspectos gerais .....	275
2. Relatório .....	276
3. Motivação .....	277
3.1. Garantia constitucional da motivação .....	277
3.2. Significado e conteúdo da motivação .....	277
3.3. Proibição do “fundamento-surpresa” e requalificação da demanda pelo tribunal arbitral .....	279
3.4. Escopos da motivação .....	282
3.5. Decisões consideradas nulas por defeito de motivação .....	283
3.5.1. Nulidade decorrente de mera reprodução de fundamento legal (art. 489, § 1º, I) .....	284
3.5.2. Nulidade decorrente da fundamentação genérica em “conceitos jurídicos indeterminados” (art. 489, § 1º, II) .....	285
3.5.3. Nulidade decorrente de fundamentação padronizada (art. 489, § 1º, III) .....	285
3.5.4. Nulidade decorrente de motivação insuficiente (art. 489, § 1º, IV) .....	285
3.5.5. Nulidade decorrente de invocação impertinente de súmula ou precedente (art. 489, § 1º, V) .....	286
3.5.6. Nulidade decorrente do desrespeito injustificado a súmula, jurisprudência ou precedente (art. 489, § 1º, VI) .....	287
3.5.7. Nulidade decorrente de motivação <i>aliunde</i> ou <i>per relationem</i> ....	288
3.6. Exigência de justificação na hipótese de colisão de normas (art. 489, § 2º) .....	288
3.7. Consequência da sentença considerada desmotivada .....	292
4. Dispositivo .....	293
5. Dissenso entre os árbitros .....	294
6. Complementação da sentença arbitral .....	294
7. Aspectos conclusivos .....	295

## - XIII -

<b>Perspectivas dos honorários de sucumbência no novo CPC .....</b>	<b>297</b>
1. Pressupostos da revisão de honorários advocatícios de sucumbência pelo STJ .....	297
2. Definição dos honorários advocatícios de sucumbência pelo STJ ....	302
3. Honorários do advogado não podem suplantam o benefício do vencedor.....	306

## - XIV -

<b>Os advogados vão ao cinema: <i>class action</i> .....</b>	<b>309</b>
--	------------

## - XV -

**Colar do mérito judiciário**

Discurso de agradecimento .....	319
---------------------------------	-----

<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>327</b>
---------------------------	------------